

MESBLA TRUST DE RECEBÍVEIS DE CARTÃO DE CRÉDITO S.A.
CGC/MF Nº 39.527.759/0001-62

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Local, Hora e Data: Na sede social, sita na Rua do Ouvidor, nº 98 - 7º andar, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, às 15 horas, do dia 01 de março de 1994. 2. Quorum: A totalidade dos membros do Conselho de Administração, presidindo a Reunião o Sr. ANDRÉ LA SAIGNE DE BOTTON, que indicou o Sr. VINÍCIUS DE QUEIROZ PEREIRA como Secretário. 3. Ordem do Dia: 3.1. Definir as condições e características da 3ª Série da Segunda Emissão de Debêntures da Companhia, nos termos da delegação recebida da Assembleia Geral Extraordinária de 01 de dezembro de 1992; 3.2. Autorizar a Diretoria a solicitar junto à Comissão de Valores Mobiliários o pedido de Registro da 3ª Série da Segunda Emissão de Debêntures da Sociedade, nos termos da regulamentação em vigor. 4. Deliberações: Foi deliberado, pela unanimidade dos presentes: 4.1. A 3ª Série da Segunda Emissão de Debêntures da Companhia, respeitado o previsto na Assembleia Geral de Constituição, de 01.10.92, terá as seguintes características: a. Montante Total da 3ª Série da Emissão: CR\$ 5.225.542.568,00 (cinco bilhões, duzentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e oito cruzeiros reais); b. Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário: Serão emitidas 800 (oitocentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de CR\$ 6.531.928,21 (seis milhões, quinhentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e oito cruzeiros reais e vinte e um centavos); c. Data de Emissão: Para todos efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01.03.94. d. Prazo e Data de Vencimento: As debêntures terão prazo de vencimento em 18 (dezoito) meses, contar da data de sua emissão, vencendo-se em 01.09.95; e. Procedimento de Distribuição: Será adotado o procedimento diferenciado para distribuição das debêntures, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80; f. Data do Início de Rendimento: As debêntures farão o juro Base de Remuneração a partir de 01.03.94 e a Prêmio a partir de 11.03.94; g. Juros Remuneratórios: As debêntures não farão jus a juros remuneratórios; h. Garantia: Fica fixado para essa 3ª série que a garantia de penhor de direitos creditórios será da ordem de 130% (cento e trinta por cento) do saldo credor das debêntures garantidas desta série em circulação; i. Base de Remuneração: Conforme definido na Assembleia Geral Extraordinária de 01.12.92, "As DEBÊNTURES terão o seu valor nominal corrigido monetariamente pelo Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (aqui denominado apenas IGP-M)". "Para o cálculo da atualização monetária, utilizar-se-á o índice do IGP-M do mês imediatamente anterior ao do evento, tanto o índice de início, quanto do fim do cálculo. Quando a data de início ou término do prazo for o último dia útil do mês, utilizar-se-á o IGP-M do próprio mês". "A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no dia 01 de cada mês, a Base de Remuneração será calculada utilizando-se o IGP-M "pro rata temporis", seguindo-se o seguinte critério: a) atualizar-se-á o montante até o dia 01 do mês, utilizando-se o IGP-M divulgado para o mês anterior; b) o valor apurado nos termos da alínea "a" supra, será corrigido por 80% (oitenta por cento) da variação da Taxa Referencial ocorrida entre o dia 01 do mês e a data do vencimento, calculada "pro rata temporis"; c) após a divulgação do IGP-M do mês do vencimento, calcular-se-á o valor real do montante das obrigações, pela variação "pro rata temporis" de tal IGP-M, apurando-se a eventual diferença na data do vencimento; d) a diferença apurada a favor dos debenturistas será a eles paga ou, se a favor da EMISSORA, a ela devolvida, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da divulgação do IGP-M, devidamente atualizada por este índice, desde a data do pagamento inicial, até a do pagamento do ajuste, acrescido do Prêmio, calculado exponencialmente e "pro rata temporis". "Na hipótese de extinção do IGP-M ou se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não mais puder ser utilizado como índice de reajuste nas emissões de debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, os novos índices de reajuste ou aludidas alterações nos critérios de aplicação do IGP-M serão desde logo automaticamente aplicáveis a esta emissão"; j. Prêmio: Será conferido às debêntures desta emissão, a título de Prêmio, o valor obtido através da diferença, positiva, se houver, descrita abaixo:

$$P = [(1 + T_1) * (1 + T_2) * \dots * (1 + T_n) * CI] * V_s - V_a \text{ onde:}$$

P = Prêmio a ser pago por debênture, expresso em cruzeiros reais. V_s = (I) No cálculo da primeira apuração do prêmio, em 01.06.95 (ou na data de eventual vencimento antecipado até esta data). V_a = Valor Nominal de Emissão da 3ª série multiplicado pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) na forma unitária, ocorrida no mês de março de 1994 elevada ao expoente representado pelo quociente da divisão de 8 por 22. (II) Nas demais datas de apuração de prêmio. V_s = Saldo devedor, por debênture, da 3ª série, na data do vencimento da parcela anterior, excluída a parcela vencida na data. V_a = (I) No cálculo da primeira apuração do prêmio, em 01.06.95 (ou na data de eventual vencimento antecipado até esta data). V_a = Valor Nominal de Emissão da 3ª série atualizado conforme Base de Remuneração. (II) Nas demais datas de apuração de prêmio. V_a = Saldo devedor, por debênture, da 3ª série, na data do vencimento da parcela anterior, excluída a parcela vencida na data, atualizado conforme Base de Remuneração. CI = índice de atualização acumulado, definido pela seguinte fórmula:

$$CI = \prod [1 + (CMI / 100)], \text{ onde}$$

∏ = Produtório. CMI = é a atualização monetária idêntica a variação do indexador que vier a compor a taxa ANBID mais negociada, verificado no(s) correspondente(s) "período(s) de incidência de taxa de juros pós-fixada". Para os períodos de taxas pré-fixadas, CMI = 0. T_j = taxa de juros do iésimo "período de incidência de taxa de juros", sendo que T_ji será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$T_j = [(1 + (T_{al}/100)) * (1 + (s/100))]^{(di/360)} - 1 * 100$$

s = "spread" equivalente a 1,5% a.a. (um inteiro e cinco décimos por cento ao ano). di = número de dias do iésimo "período de incidência de taxa de juros". T_al = taxa de juros pós-fixada ou pré-fixada, expressa em porcentagem para o período de 360 dias, referente ao iésimo "período de incidência de taxa de juros", utilizada para remunerar depósitos a prazo, praticada no mercado financeiro. Essa taxa será obtida pela média aritmética das taxas praticadas em 03 (três) dias (a1, a2, a3) ou seja, nos dois primeiros dias úteis do período em curso e no último dia útil imediatamente anterior ao início do referido período, as quais serão informadas pela Associação Nacional de Bancos de Investimento e Desenvolvimento - ANBID, devendo a taxa ser obtida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO junto àquela Associação. Caso uma das três taxas não seja divulgada no referido período, serão consideradas para efeito do cálculo, as taxas existentes e divulgadas pela ANBID para os dois dias divulgados. Na falta de divulgação pela ANBID das taxas dos 03 (três) ou 02 (dois) dias acima citados, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósito a prazo pós ou pré-fixados, para lotes de valor equivalente a CR\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros reais), acrescidos da TR - Taxa Referencial, a partir da data de emissão, obtidas conforme amostragem acima, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, junto as seguintes instituições: Banco Crefisul S.A., Citibank N.A. e Banco Multiplic S.A. Se durante o período de 3 (três) dias supra citado houver mudança no tipo de taxa mais negociada dos certificados de depósito a prazo, isto é, pré ou pós-fixada, adotar-se-á preferencialmente aquela mais negociada no dia útil de início do "período de incidência de taxa de juros", e como segunda opção a taxa do dia imediatamente anterior. Desta forma, nos casos de taxas pré-fixadas, T_al = a taxa pré e CMI = 0. Nos casos de taxas pós-fixadas, T_al = taxa pós e CMI é a variação do indexador que vier a compor a taxa ANBID mais negociada nos períodos de incidência de juros pós-fixados. No caso da amostragem utilizada ser de taxas pré-fixadas, para o cálculo da média serão adotados as seguintes fórmulas:

$$T_{al} = [(1 + T_{a1} + T_{a2} + T_{a3}/3) - 1] * 100$$

sendo que o cálculo da T_a1, T_a2 e T_a3, deverá ser feito a partir da fórmula a seguir:

$$T_{an} = [(1 + (T_{an}/100))^{(dt/360)} - 1] / (dt/360), \text{ onde}$$

dt = número de dias idêntico ao dos depósitos a prazo que apresentarem o maior volume de captação, nesse dia da amostragem. du = número de dias úteis contidos em dt. dut = número de dias úteis do iésimo "período de incidência de taxa de juros". k. Do Preço de Subscrição: O preço de subscrição será aquele apurado em Leilão para colocação pública das debêntures dessa 3ª série ("Leilão"), sendo, no mínimo seu valor nominal unitário, definido na alínea "b" acima, acrescido da Base de Remuneração, calculados "pro rata temporis". Tendo em vista que na data do Leilão ainda não terá sido divulgado o IGP-M do mês de fevereiro, o preço estimado a ser considerado para a subscrição será o valor nominal definido na alínea "b" supra, atualizado pela taxa estimada de 13% no período de 01.03.94 a 11.03.94, calculados "pro rata temporis", isto é, CR\$ 7.381.078,88 (sete milhões, trezentos e oitenta e um mil, setenta e oito cruzeiros reais e oitenta e oito centavos) para cada debênture. Em 30.03.94, será apurada eventual diferença no preço estimado, de acordo com a fórmula abaixo, diferença essa que será ajustada pela variação do IGP-M desde o dia da liquidação do leilão até 04.04.94, tomando-se por base dias úteis e acrescida do prêmio definido na alínea "j" supra, calculados "pro rata temporis", cujo resultado será pago (se negativo) ou recebido (se positivo) em 04.04.94, tomando-se por base dias úteis e acrescida do prêmio definido na alínea "j" supra, calculados "pro rata temporis".

$$\text{Diferença} = [(1 + \text{Variação do IGP-M de 03.94})^{(B/22)} - 1] * VE$$

VE = Valor de Subscrição Estimado = CR\$ 7.381.078,88 para cada debênture. A diferença deverá ser paga pela EMITENTE ou pelos debenturistas no dia 04.04.94. Na hipótese de pagamento por parte dos debenturistas, o valor da diferença será divulgado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO em jornal de grande circulação até o dia 04.04.94. A parte que atrasar no pagamento de tal quantia sujeitar-se-á ao acréscimo de atualização monetária, calculada pela variação da Taxa Referencial ocorrida entre 04.04.94 e o dia do efetivo pagamento, calculada "pro rata temporis", além de uma multa moratória de 10% (dez por cento) e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados "pro rata temporis". l. Do Pagamento das obrigações: Haverá um prazo de carência de 14 (quatorze) meses para o pagamento do principal corrigido e prêmio, findo o qual o saldo devedor será amortizado em 4 (quatro) prestações mensais e sucessivas, sendo a primeira em 01.06.95, de acordo com o seguinte critério: I - O valor de cada prestação será calculado através da fórmula abaixo:

$$A_n = VC * F_{An}$$

A_n = valor do pagamento mensal, incluindo a amortização das debêntures e prêmio, atualizados monetariamente. Sendo: A_1 = Valor da prestação de junho 95 - A_2 = Valor da prestação de julho 95 - A_3 = Valor da prestação de agosto 95 - A_4 = Valor da prestação de setembro 95 - VC = (I) No cálculo da primeira apuração do prêmio, em 01.06.95: VC = valor de emissão da 3ª série atualizado conforme Base de Remuneração, acrescido do prêmio previsto na alínea "j" supra. (II) Nas demais datas de apuração de prêmio: VC = saldo devedor da 3ª série, na data do vencimento da parcela anterior, excluída a parcela vencida na data, atualizado conforme Base de Remuneração, acrescido do prêmio previsto na alínea "j" supra. F_{An} = Fator de amortização, sendo: F_{A1} = Fator no mês de junho 95 = 0,260 - F_{A2} = Fator no mês de julho 95 = 0,340 - F_{A3} = Fator no mês de agosto 95 = 0,505 - F_{A4} = Fator no mês de setembro 95 = 1,000. II. O pagamento mensal acima divide-se em Principal e Prêmio conforme cálculo abaixo, onde:

$$E_n = S_n - A_n$$

$$P_n = A_n - E_n$$

E_n = Enésima parcela de prêmio - S_n = Saldo devedor, desta 3ª série, na data do vencimento da enésima parcela, incluindo a parcela vencida na data, atualizada conforme Base de Remuneração, acrescida do prêmio previsto na alínea "j" supra. A_n = (I) No cálculo da primeira apuração do prêmio, em 01.06.95: A_n = valor de emissão da 3ª série atualizado conforme Base de Remuneração. (II) Nas demais datas de apuração de prêmio: A_n = saldo devedor da 3ª série, na data do vencimento da parcela anterior, excluída a parcela vencida na data, atualizado conforme Base de Remuneração. P_n = Valor de amortização das debêntures (Principal) de ordem "n", atualizada monetariamente. m. Amortização Parcelar: Independentemente do Pagamento das Obrigações previsto acima, se ocorrer qualquer redução na garantia dessa emissão, sem a possibilidade de sua recomposição, visando evitar o vencimento antecipado da emissão, a EMITENTE amortizará parcela das debêntures, em iguais proporções entre os debenturistas, em percentual suficiente para reconstituir o nível de penhor previsto para essa Série da 2ª Emissão, o que dependerá de aprovação da Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim; n. Fundo de Amortização: Será constituído um Fundo de Amortização das Debêntures da 3ª Série, o qual será formado a partir de 30 de abril de 1995. Quando de recebimento dos créditos que compõem a Garantia Real, serão destinados ao Fundo de Amortização os recursos necessários para manter o nível mínimo equivalente ao valor nominal e desconto da próxima prestação de Principal e Prêmio, calculada conforme descrito no item 1 supra. Obs: 1) Valor nominal atualizado e descontado: é o valor nominal da prestação, determinada conforme item 1 acima, descontado pela taxa de juros do ativo financeiro componente do Fundo de Amortização pelo prazo remanescente da aplicação. Quando a taxa do ativo não for do tipo pré-fixada, utilizar-se-á a taxa diária apurada no último dia útil, projetando-se a mesma para os demais dias do prazo remanescente. 2) Quando a taxa ANBID utilizada na forma prevista no item j acima for pós-fixada e, cumulativamente, seu indexador não for disponível, este será estimado com base na variação "pro rata temporis" da maior taxa "overnight", verificada no mês, da Taxa Referencial divulgada pelo Banco Central do Brasil. O Fundo de Amortização deverá apresentar liquidez, isto é, poderá ser livremente resgatado sem comprometimento de sua rentabilidade, ao menos no dia 01 de cada mês, ou, caso este dia não seja útil, no primeiro dia útil subsequente. A cada formação do Fundo de Amortização nos limites acima poderemos ter duas situações: a) o Fundo de Amortização poderá estar em volume abaixo do mínimo exigido; neste caso, todo recebimento dos recebíveis da EMITENTE será direcionado para recomposição do saldo do Fundo de Amortização; b) o Fundo de Amortização poderá estar em volume igual ou acima do mínimo exigido; neste caso, nenhuma alteração deverá ser feita no Fundo de Amortização (ou seja, o eventual excesso não será resgatado, permanecendo como uma antecipação de futuros depósitos). Os recursos integrantes do Fundo de Amortização, enquanto não utilizados para o fim a que se destinam, deverão ser aplicados financeiramente, em uma das instituições relacionadas no § 1º do art. 16 do Estatuto Social da EMITENTE, em condições genericamente aprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, integrando a Garantia Real das debêntures. As aplicações financeiras devem se limitar: (i) aos produtos de renda fixa e/ou fundos mútuos que não contenham mais que 15% (quinze por cento) de títulos de renda variável em sua composição na data da aplicação; (ii) as operações de "hedge" visando a proteção de seus ativos realizadas na Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F) ou no mercado de balcão tendo como contraparte as instituições financeiras relacionadas no artigo 16 do Estatuto Social da Mesbla Trust de Recebíveis de Cartão de Crédito S.A.; (iii) operações estruturadas com opções em mercados organizados, das quais decorram rendimentos previamente definidos. o. Em virtude da emissão da 3ª (terceira) Série, foram criados os itens IV.A.6.2.d.2 e V.1.1.1.(b), bem como alterado o item V.1.1., da escritura da Segunda Emissão de Debêntures da Companhia, exclusivamente para regular a 3ª Série, com as seguintes redações: "IV - DA EMISSÃO - A. Global: "6.2.d.2. Com relação à 3ª Série, a diferença apurada a favor dos debenturistas será a eles paga, ou se a favor da EMISSORA, a ela devolvida, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da divulgação do IGP-M, devidamente atualizada por este índice, desde a data do pagamento inicial, até o pagamento do ajuste, acrescido do prêmio definido para esta 3ª Série, calculados "pro rata temporis". "V - DA GARANTIA REAL - "1.1. O valor global da garantia, durante a vigência da emissão, deve corresponder a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo credor das debêntures garantidas em circulação, podendo ser estipulados percentuais superiores para cada uma das séries dessa emissão. Para a 2ª série, a garantia aqui prevista deverá ser de, no mínimo, 135% (cento e trinta e cinco por cento) do saldo credor das debêntures dessa série em circulação. Para a 3ª série, a garantia aqui prevista deverá ser de, no mínimo, 130% (cento e trinta por cento) do saldo credor das debêntures dessa série em circulação. "1.1.1.b. Na hipótese prevista no sub-item 1.2 abaixo, a composição da garantia em aplicações financeiras referentes à 3ª Série deverá respeitar os seguintes limites máximos, quanto à data de vencimento (resgate):

Vencimento ocorrendo entre os dias	Volume Máximo Aplicação (%)
02.06.95 a 31.05.95	100%
01.06.95 a 30.06.95	75%
01.07.95 a 31.07.95	50%
01.08.95 a 01.09.95	25%

(*) O Volume Máximo de Aplicação refere-se a percentagens do montante total da 3ª Série da Segunda Emissão de Debêntures da Companhia, com base em 01.03.94, atualizados pelo IGP-M acrescido da taxa de prêmio definida para esta série, calculada "pro rata temporis" até a data da aplicação financeira. O volume de ativos que exceder o montante total da 3ª Série da emissão das debêntures, base 01.03.94, atualizado pelo IGP-M acrescido da taxa de prêmio definida para esta série, calculada "pro rata temporis" até a data da aplicação financeira, poderá ser aplicado pelo prazo máximo de 36 dias, independentemente dos limites acima especificados. As aplicações financeiras devem se limitar: (i) aos produtos de renda fixa e/ou fundos mútuos que não contenham mais que 15% (quinze por cento) de títulos de renda variável em sua composição na data da aplicação; (ii) as operações de "hedge" visando a proteção de seus ativos realizadas na Bolsa de Mercadorias e de Futuros (BM&F) ou no mercado de balcão tendo como contraparte as instituições financeiras relacionadas no artigo 16 do Estatuto Social da Mesbla Trust de Recebíveis de Cartão de Crédito S.A.; (iii) operações estruturadas com opções em mercados organizados, das quais decorram rendimentos previamente definidos". 4.2 O Agente Fiduciário para a Segunda Emissão de Debêntures da Companhia, o MORGAN GUARANTY TRUST COMPANY OF NEW YORK, com escritório em São Paulo - SP, na Av. Paulista, nº 1294, 7º andar, CGC/MF nº 46.518.205/0001-64, fará jus a título de remuneração pelos serviços prestados relativos à 3ª Série, a quantia de CR\$ 6.372.200,00 (seis milhões, trezentos e setenta e dois mil, e duzentos cruzeiros reais), a ser pago, corrigido pela UFIR diária desde 01.03.94 até a data do efetivo pagamento, isto é, na data da liquidação do Leilão. 4.3. Autorizar a Diretoria a solicitar, junto à Comissão de Valores Mobiliários, o pedido de Registro da 3ª Série da Segunda Emissão de Debêntures da Sociedade, nos termos da regulamentação em vigor. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida e assinada por todos os Conselheiros. Assinaturas: André La Saigne de Botton - Presidente do Conselho e da Reunião; Vinícius de Queiroz Pereira - Secretário da Reunião - Roger Philip Hipskind; Jorge La Saigne de Botton; Geraldo Hees; Paulo Cezar Castello Branco Chaves de Aragão - Conselheiros. Na qualidade de Secretário da Reunião, declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, Rio de Janeiro, 01 de março de 1994. Vinícius de Queiroz Pereira - Secretário da Reunião.